

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Período: **JANEIRO/2012**

**Lei 14.946, de 28 de janeiro de 2013 – Dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas.**

A Lei 14.946, publicada no DOE de 29/01/2013, determina que além das penas previstas na legislação própria, será cassada a eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS dos estabelecimentos que comercializarem produtos em cuja fabricação tenha havido, em qualquer de suas etapas de industrialização, condutas que configurem redução de pessoa a condição análoga à de escravo.

Vale destacar que esgotada a instância administrativa, o Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado, a relação nominal dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo nela constar, ainda, os respectivos números do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), endereços de funcionamento e nome completo dos sócios.

A cassação da eficácia da inscrição do cadastro de contribuintes do ICMS implicará aos sócios, pessoas físicas ou jurídicas, em conjunto ou separadamente, do estabelecimento penalizado:

- (i) o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele;
- (ii) a proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade.

Importa ressaltar que as restrições acima prevalecerão pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de cassação.

Caso o contribuinte seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), a cassação da eficácia da sua inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS implicará cumulativamente:

- (i) a perda do direito ao recebimento de créditos do Tesouro do Estado, instituído pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo;
- (ii) o cancelamento dos créditos já calculados ou liberados, referentes ao Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

Por fim, a norma em tela altera a redação dos incisos I e III do artigo 5º da Lei 12.685/2007, e revoga o inciso II do mesmo dispositivo.

A Lei 14.946/2013 entrou em vigor na data de sua publicação e para conhecer o inteiro teor da mesma, clique aqui.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



-----

**Comunicado CAT nº 01, de 4 de janeiro de 2013 Divulga nova redação do Anexo II do Comunicado CAT 19, de 27/08/2012, que trata do levantamento de preços promovida por entidade representativa do setor, destinado a subsidiar a fixação da base de cálculo do ICMS devido em razão da substituição tributária.**

Foi publicada em 5 de janeiro do corrente ano, o Comunicado CAT nº 01, que comunica que o Anexo II do Comunicado CAT 19, que trata do levantamento de preços promovida por entidade representativa do setor, destinado a subsidiar a fixação da base de cálculo do ICMS devido em razão da substituição tributária, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO II

SETORES ECONÔMICOS

PERÍODO DE VIGÊNCIA

DA BASE DE CÁLCULO QUE SE ENCONTRA EM PROCESSO DE APURAÇÃO

PRAZOS RELATIVOS À PRIMEIRA RODADA DE PESQUISA NO NOVO CRONOGRAMA

TERMOS INICIAIS DE VIGÊNCIA SUBSEQUENTES

COMPROVAÇÃO CONTRATAÇÃO PESQUISA

ENTREGA PESQUISA

TERMO INICIAL DE VIGÊNCIA DA NOVA BASE DE CÁLCULO

1

Colchoaria

01-jan-13 a 31-mar-14

30-jun-13

31-dez-13

01-abr-14

01-jan-16

01-out-17

01-jul-19

01-abr-21

2

Instrumentos musicais

01-jan-13 a 30-abr-14

31-jul-13

# ***ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS***

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP

---



31-jan-14

01-mai-14

01-fev-16

01-nov-17

01-ago-19

01-mai-21

3

Brinquedos

01-jan-13 a 31-mai-14

31-ago-13

28-fev-14

01-jun-14

01-mar-16

01-dez-17

01-set-19

01-jun-21

4

Bicicletas

01-jan-13 a 30-jun-14

30-set-13

31-mar-14

01-jul-14

01-abr-16

01-jan-18

01-out-19

01-jul-21

5

Máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos

01-jan-13 a 30-jun-14

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



30-set-13

31-mar-14

01-jul-14

01-abr-16

01-jan-18

01-out-19

01-jul-21

(NR)."

Para acessar o inteiro teor da Comunicado CAT nº 01, de 2013, clique aqui.

-----

**Lei Federal nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.**

Publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2013, a Lei Federal nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, altera e revoga leis que especifica.

Esta Lei institui a Política Nacional de Irrigação, a ser executada em todo o território nacional, que rege-se pelos seguintes princípios:

- 1) uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação;
- 2) integração com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, de energia, de saneamento ambiental, de crédito e seguro rural e seus respectivos planos, com prioridade para projetos cujas obras possibilitem o uso múltiplo dos recursos hídricos;
- 3) articulação entre as ações em irrigação das diferentes instâncias e esferas de governo e entre estas e as ações do setor privado;
- 4) gestão democrática e participativa dos Projetos Públicos de Irrigação com infraestrutura de irrigação de uso comum, por meio de mecanismos a serem definidos em regulamento;
- 5) prevenção de endemias rurais de veiculação hídrica.

## Objetivos

- 1) incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis;
- 2) reduzir os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas a baixa ou irregular distribuição de chuvas;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- 3) promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos;
- 4) concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda;
- 5) contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos, de fibras e de energia renovável, bem como para a geração de excedentes agrícolas para exportação;
- 6) capacitar recursos humanos e fomentar a geração e transferência de tecnologias relacionadas a irrigação;
- 7) incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento.

## **Instrumentos**

- 1) os Planos e Projetos de Irrigação;
- 2) o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação;
- 3) os incentivos fiscais, o crédito e o seguro rural;
- 4) a formação de recursos humanos;
- 5) a pesquisa científica e tecnológica;
- 6) a assistência técnica e a extensão rural;
- 7) as tarifas especiais de energia elétrica para irrigação;
- 8) a certificação dos projetos de irrigação;
- 9) o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE);
- 10) o Conselho Nacional de Irrigação

## **Planos e Projetos de Irrigação**

Visam a orientar o planejamento e a implementação da Política Nacional de Irrigação, em consonância com os Planos de Recursos Hídricos, e abrangerão o seguinte conteúdo mínimo:

- a) diagnóstico das áreas com aptidão para agricultura irrigada, em especial quanto à capacidade de uso dos solos e à disponibilidade de recursos hídricos;
- b) hierarquização de regiões ou bacias hidrográficas prioritárias para a implantação de projetos públicos de agricultura irrigada, com base no potencial produtivo, em indicadores socioeconômicos e no risco climático para a agricultura;
- c) levantamento da infraestrutura de suporte à agricultura irrigada, em especial quanto à disponibilidade de energia elétrica, sistema de escoamento e transportes;
- d) indicação das culturas e dos sistemas de produção, dos métodos de irrigação e drenagem a serem empregados e dos arranjos produtivos recomendados para cada região ou bacia hidrográfica.

Os Planos de Irrigação conterão previsão das fontes de financiamento e estimativas acerca dos recursos financeiros requeridos. Os Projetos Públicos de Irrigação serão planejados e implementados em conformidade com os respectivos Planos de Irrigação.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Plano Nacional de Irrigação terá caráter orientador para a elaboração dos planos e projetos de irrigação pelos Estados e pelo Distrito Federal e caráter determinativo para a implantação de projetos de irrigação pela União. Na elaboração dos Planos Estaduais de Irrigação, as unidades da Federação deverão consultar os comitês de bacias de sua área de abrangência.

## **Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação**

É instituído o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, destinado a coleta, processamento, armazenamento e recuperação de informações referentes à agricultura irrigada, em especial sobre:

- 1) as áreas irrigadas, as culturas exploradas, os métodos de irrigação empregados e o nível tecnológico da atividade;
- 2) o inventário de recursos hídricos e as informações hidrológicas das bacias hidrográficas;
- 3) o mapeamento de solos com aptidão para a agricultura irrigada;
- 4) a agroclimatologia;
- 5) a infraestrutura de suporte à produção agrícola irrigada;
- 6) a disponibilidade de energia elétrica e de outras fontes de energia para a irrigação;
- 7) as informações socioeconômicas acerca do agricultor irrigante;
- 8) a quantidade, a qualidade, a destinação e o valor bruto dos produtos oriundos de sistemas irrigados;
- 9) as áreas públicas da União e de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista aptas para desenvolvimento de projeto de irrigação.

A entidade federal responsável pelo Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, suas atribuições e formas de articulação com os demais entes da federação serão especificadas em regulamento. Este Sistema manterá cadastro nacional único dos agricultores irrigantes.

### **- Princípios**

- a) cooperação institucional para obtenção e produção de dados e informações;
- b) coordenação unificada;
- c) acesso da sociedade aos dados e às informações, observada a legislação que trata de sigilo.

### **- Objetivos**

- 1) fornecer subsídios para a elaboração de planos de irrigação pela União, Estados e Distrito Federal;
- 2) permitir a avaliação e a classificação dos Projetos Públicos de Irrigação segundo seus resultados sociais e econômicos, inclusive para fins de emancipação;
- 3) facilitar a disseminação de práticas que levem ao êxito dos projetos;
- 4) subsidiar o planejamento da expansão da agricultura irrigada.

### **Incentivos Fiscais, do Crédito e do Seguro Rural**

O poder público poderá apoiar, prioritariamente, os agricultores irrigantes familiares e pequenos.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Os projetos públicos e privados de irrigação poderão receber incentivos fiscais, nos termos da legislação específica, que observará as regiões com os mais baixos indicadores de desenvolvimento social e econômico, bem como as consideradas prioritárias para o desenvolvimento regional.

O crédito rural privilegiará a aquisição de equipamentos de irrigação mais eficientes no uso dos recursos hídricos, a modernização tecnológica dos equipamentos em uso e a implantação de sistemas de suporte à decisão para o manejo da irrigação.

O poder público criará estímulos à contratação de seguro rural por agricultores que pratiquem agricultura irrigada.

Formação de Recursos Humanos, da Pesquisa Científica e Tecnológica, da Assistência Técnica e do Treinamento dos Agricultores Irrigantes

O poder público incentivará a formação e a capacitação de recursos humanos por meio da educação superior e tecnológica, voltadas para o planejamento, a gestão e a operação da agricultura irrigada e garantirá ao agricultor irrigante familiar assistência técnica e extensão rural, em projetos públicos e privados de irrigação. As instituições públicas participantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária poderão dar prioridade à implementação de projetos de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada.

Certificação dos Projetos de Irrigação

Os projetos públicos e privados de irrigação e as unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação poderão obter certificação quanto ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis, incluindo os aspectos quantitativos e qualitativos associados à água e à tecnologia de irrigação.

O Poder Executivo federal definirá o órgão público responsável pela certificação e disporá sobre normas, procedimentos e requisitos a serem observados na certificação e no credenciamento de entidades e profissionais certificadores, além da forma e periodicidade mínima de monitoramento e fiscalização dos projetos de irrigação.

Financiamentos ao amparo do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

A implantação de projetos de irrigação e a expansão de projetos já existentes poderão ser financiadas por sociedades especificamente criadas para esse fim.

Conselho Nacional de Irrigação

O Poder Executivo é autorizado a instituir Conselho Nacional de Irrigação, cuja competência, composição e funcionamento serão definidos no ato de sua criação.

Da Implantação dos Projetos de Irrigação

A implantação de projeto de irrigação dependerá de licenciamento ambiental, quando exigido em legislação federal, estadual, distrital ou municipal específica.

O órgão responsável pela licença indicará o prazo máximo necessário para deliberação, a partir das datas de recebimento e avaliação prévia dos estudos e informações requeridos, podendo a licença ambiental ser concedida para etapas do projeto de irrigação, conforme os módulos produtivos operacionais.

As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, poderão ser consideradas de utilidade pública para efeito de licenciamento ambiental, quando declaradas pelo poder público federal essenciais para o desenvolvimento social e econômico.

As obras de infraestrutura de irrigação, inclusive os barramentos de cursos d'água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, poderão ser consideradas de utilidade pública para

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



efeito de licenciamento ambiental, quando declaradas pelo poder público federal essenciais para o desenvolvimento social e econômico.

A utilização de recurso hídrico por projeto de irrigação dependerá de prévia outorga do direito de uso de recursos hídricos, concedida por órgão federal, estadual ou distrital, conforme o caso. Os projetos de irrigação que não tenham outorga do direito de uso de recursos hídricos na data da vigência desta Lei deverão requerer a outorga no prazo e condições a serem estabelecidos pelo órgão federal, estadual ou distrital.

**Projetos Públicos de Irrigação e das Infraestruturas de Uso Comum, de Apoio à Produção e da Unidade Parcelar**

Os Projetos Públicos de Irrigação poderão ser custeados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, isolada ou solidariamente, sendo, neste caso, a fração ideal de propriedade das infraestruturas proporcional ao capital investido e, poderão ser implantados:

- (i) diretamente pelo poder público;
- (ii) mediante concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, inclusive na forma de parceria público-privada;
- (iii) mediante permissão de serviço público.

O edital de licitação disporá sobre a seleção dos agricultores irrigantes e sobre as tarifas e outros preços a que estes estarão sujeitos, nas hipóteses de concessão e permissão do serviço público.

As entidades públicas responsáveis pela implementação da Política Nacional de Irrigação poderão:

- (i) implantar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, infraestrutura social nos Projetos Públicos de Irrigação para facilitar a prestação dos serviços públicos de saúde, educação, segurança e saneamento pelos respectivos entes responsáveis por esses serviços;
- (ii) implantar, direta ou indiretamente, infraestruturas de irrigação de uso comum que sirvam para suporte à prática de irrigação e drenagem em benefício de projetos privados, desde que em áreas com comprovada aptidão ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada e nas quais os irrigantes já estejam organizados quanto à forma de gestão, de operação e de manutenção do sistema coletivo de irrigação e drenagem agrícola.

Os Projetos Públicos de Irrigação poderão prever a transferência da propriedade ou a cessão das unidades parcelares e das infraestruturas de uso comum e de apoio à produção aos agricultores irrigantes.

A exploração de unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação por parte de agricultor irrigante será condicionada a pagamentos periódicos referentes:

- (i) ao uso ou à aquisição da terra, conforme o caso;
- (ii) ao rateio das despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção, apurados e arrecadados pelo gestor do projeto de irrigação.
- (iii) conforme o caso, ao uso ou à amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum, da infraestrutura de apoio à produção e da infraestrutura da unidade parcelar.

Os projetos de irrigação a serem implementados total ou parcialmente com recursos públicos fundamentar-se-ão em estudos que comprovem viabilidade técnica, ambiental, hídrica e econômica ou social.

Em cada Projeto Público de Irrigação, ao menos uma unidade parcelar com área não inferior à da unidade de agricultor irrigante familiar será destinada a atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e treinamento de agricultores irrigantes.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **Infraestrutura dos Projetos Públicos de Irrigação**

Integram as infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção as terras em que essas se localizam e as respectivas faixas de domínio. As infraestruturas de uso comum localizadas no interior das unidades parcelares constituem servidões do gestor do Projeto Público de Irrigação.

## **Agricultor Irrigante dos Projetos Públicos de Irrigação**

A seleção de agricultores irrigantes para Projetos Públicos de Irrigação será realizada consoante a legislação aplicável e, se o Projeto Público de Irrigação for considerado de interesse social, será realizada observando-se a forma e os critérios definidos em regulamento.

Constituem obrigações do agricultor irrigante em Projetos Públicos de Irrigação:

- a) promover o aproveitamento econômico da sua unidade parcelar, mediante o exercício da agricultura irrigada;
- b) adotar práticas e técnicas de irrigação e drenagem que promovam a conservação dos recursos ambientais, em especial do solo e dos recursos hídricos;
- c) empregar práticas e técnicas de irrigação e drenagem adequadas às condições da região e à cultura escolhida;
- d) colaborar com a fiscalização das atividades inerentes ao sistema de produção e ao uso da água e do solo, prestando, em tempo hábil, as informações solicitadas;
- e) colaborar com a conservação, manutenção, ampliação e modernização das infraestruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e social;
- f) promover a conservação, manutenção, ampliação e modernização da infraestrutura parcelar;
- g) pagar, com a periodicidade previamente definida, tarifa pelos serviços de irrigação colocados à sua disposição;
- h) pagar, conforme o caso, com a periodicidade previamente definida, as parcelas referentes à aquisição da unidade parcelar e ao custo de implantação das infraestruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e da unidade parcelar.

Ao agricultor irrigante, em projetos privados de irrigação, aplica-se o disposto nos itens “b”, “c” e “d” acima.

## **Emancipação dos Projetos Públicos de Irrigação**

A emancipação de Projetos Públicos de Irrigação é instituto aplicável a empreendimentos com previsão de transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum, de apoio à produção e da unidade parcelar, conforme disposto em regulamento.

Se o Projeto Público de Irrigação for implantado nas modalidades concessão/permissão do serviço público, as condições e a oportunidade da emancipação constarão do edital de licitação para a contratação da concessão ou permissão do serviço público, conforme o caso.

A emancipação poderá ser simultânea à entrega das unidades parcelares e dos respectivos módulos produtivos operacionais, em condições de pleno funcionamento.

## **Penalidades aos Agricultores Irrigantes dos Projetos Públicos de Irrigação**

Os agricultores irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação que infringirem as obrigações estabelecidas nesta Lei, bem como nas demais disposições legais, regulamentares e contratuais, serão sujeitos a:

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- 1) suspensão do fornecimento de água, respeitada a fase de desenvolvimento dos cultivos, se decorridos 30 (trinta) dias de prévia notificação sem a regularização das pendências;
- 2) suspensão do fornecimento de água, independentemente da fase de desenvolvimento dos cultivos, se decorridos 120 (cento e vinte) dias da notificação anterior sem a regularização das pendências;
- 3) retomada da unidade parcelar pelo poder público, concessionária ou permissionária, conforme o caso, se decorridos 180 (cento e oitenta) dias da notificação acima sem a regularização das pendências

Retomada a unidade parcelar, o poder público, a concessionária ou a permissionária, conforme o caso, indenizará o agricultor irrigante, na forma do regulamento, pelas benfeitorias úteis e necessárias à produção agropecuária na área da unidade parcelar, descontado todo e qualquer valor em atraso de responsabilidade do agricultor irrigante, bem como multas e quaisquer outras penalidades incidentes por conta de disposições contratuais.

O poder público estimulará a organização dos agricultores irrigantes mediante a constituição de associações ou cooperativas de produtores.

Demonstrada a inviabilidade socioeconômica do Projeto Público de Irrigação, o gestor deste poderá extingui-lo, procedendo à alienação das infraestruturas de sua propriedade (mediante procedimento licitatório), e adotará medidas alternativas ou compensatórias aos agricultores irrigantes afetados.

É autorizada, na forma do regulamento, a transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção dos Projetos Públicos de Irrigação implantados até a data de publicação desta Lei.

A Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas: as Leis nºs 6.662/1979, e 8.657/1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032/1983, e 2.369/1987.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, clique aqui.

-----

**Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.**

Convertida a MP 579/2012 na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2013, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária e altera leis que especifica.

## PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DO REGIME DE COTAS

Concessões de Geração de Energia Hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074/1995

Em síntese, de acordo com esta Lei, a partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074/1995 (concessões de energia elétrica outorgadas anteriormente à Lei nº 8.987/95) poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

O disposto acima aplica-se também às concessões de geração de energia hidrelétrica:

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



a) que, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074/1995, foram ou não prorrogadas, ou que estejam com pedido de prorrogação em tramitação;

b) destinadas à produção independente ou à autoprodução, observado o disposto no art. 2º desta Lei.

Vencido o prazo das concessões de geração hidrelétrica de potência igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), referido aproveitamento de potencial hidráulico fica dispensado de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao poder concedente.

Referida prorrogação dependerá de aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

(i) remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidrelétrica;

(ii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do poder concedente;

(iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

A distribuição das cotas, a que refere o item (ii) retro, e respectiva remuneração obedecerão a critérios previstos em regulamento, devendo buscar o equilíbrio na redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN. Estas cotas serão revisadas periodicamente e a respectiva alocação às concessionárias e permissionárias de distribuição será formalizada mediante a celebração de contratos, conforme regulamento do poder concedente.

Os contratos de concessão e de cotas definirão as responsabilidades das partes e a alocação dos riscos decorrentes de sua atividade. Nas prorrogações em referência, os riscos hidrológicos, considerado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, serão assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, com direito de repasse à tarifa do consumidor final.

Excepcionalmente, parcela da garantia física vinculada ao atendimento dos contratos de fornecimento alcançados pelo art. 22 da Lei nº 11.943/2009, não será destinada à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o item (ii) acima, visando à equiparação com a redução média de tarifas das concessionárias de distribuição do SIN. Nesta equiparação, deverá ser considerada a redução de encargos de que tratam os arts. 21, 23 e 24 desta Lei, de pagamento pelo uso do sistema de transmissão, e aquela decorrente da contratação de energia remunerada pela tarifa inicial de geração de que trata o art. 13 desta Lei.

À Aneel cabe:

1) disciplinar a realização de investimentos que serão considerados nas tarifas, com vistas a manter a qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas, conforme regulamento do poder concedente;

2) a definição do procedimento de que tratam os §§ 10 e 11, conforme regulamento do poder concedente.

## **Concessões de Geração de Energia Hidrelétrica destinadas à autoprodução**

As concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, cuja potência da usina seja igual ou inferior a 50 MW (cinquenta megawatts), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos. O disposto acima não se aplica a estas concessões.

Todo o excedente de energia elétrica não consumida pelas unidades consumidoras do titular da concessão de autoprodução será liquidado no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD. A receita auferida pela liquidação poderá ser utilizada pelo autoprodutor no fomento a projetos de eficiência energética em suas instalações de consumo, durante todo o período da concessão.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Referida prorrogação será feita a título oneroso, sendo o pagamento pelo uso do bem público revertido em favor da modicidade tarifária, conforme regulamento do poder concedente.

O disposto acima se aplica às concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução, independentemente da potência, desde que não interligadas ao SIN.

À Aneel caberá, conforme regulamento do poder concedente, instituir mecanismo para compensar as variações no nível de contratação das concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, decorrentes da alocação de cotas a que se refere o inciso II do § 1º do art. 1º desta Lei. Ocorrendo excedente no montante de energia contratada pelas concessionárias e permissionárias de distribuição do SIN, haverá a cessão compulsória de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, cujo suprimento já se tenha iniciado ou venha a se iniciar até o ano para o qual a cota foi definida, para a concessionária e permissionária de distribuição que tenha redução no montante de energia contratada.

O poder concedente poderá autorizar, conforme regulamento, a ampliação de usinas hidrelétricas cujas concessões forem prorrogadas nos termos desta Lei, observado o princípio da modicidade tarifária. Os investimentos realizados para esta ampliação serão considerados nos processos tarifários.

## **Concessões de Geração de Energia Termelétrica**

A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de geração de energia termelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 20 (vinte) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema.

Esta prorrogação deverá ser requerida pela concessionária com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses do termo final do respectivo contrato de concessão ou ato de outorga.

A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, a concessionária deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 90 (noventa) dias contado da convocação. O descumprimento deste prazo implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo.

A critério do poder concedente, as concessões de geração prorrogadas nos termos acima poderão ser diretamente contratadas como energia de reserva.

## **PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Concessões de Transmissão de Energia Elétrica (instalações de transmissão, classificadas como integrantes da rede básica)**

A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995 (instalações de transmissão, classificadas como integrantes da rede básica), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Esta prorrogação dependerá da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

- a) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e
- b) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

**Concessões de Transmissão de Energia Elétrica (concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 8.987/95)**

A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 8.987, de 1995 (concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei), poderão

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão ou no termo aditivo.

## **LICITAÇÃO**

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas, nos termos desta Lei, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos.

Esta licitação poderá ser realizada sem a reversão prévia dos bens vinculados à prestação do serviço. O cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Não havendo a prorrogação do prazo de concessão e com vistas a garantir a continuidade da prestação do serviço, o titular poderá, após o vencimento do prazo, permanecer responsável por sua prestação até a assunção do novo concessionário, observadas as condições estabelecidas por esta Lei.

Caso não haja interesse do concessionário na continuidade da prestação do serviço nas condições estabelecidas nesta Lei, o serviço será explorado por meio de órgão ou entidade da administração pública federal, até que seja concluído o processo licitatório, que poderá aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela Aneel. As obrigações por estes contraídas na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação.

O órgão ou entidade responsável pela prestação temporária do serviço público de energia elétrica deverá:

- (i) manter registros contábeis próprios relativos à prestação do serviço; e
- (ii) prestar contas à Aneel e efetuar acertos de contas com o poder concedente.

As prorrogações referidas nesta Lei deverão ser requeridas pelo concessionário, com antecedência mínima de 60 (sessenta) meses da data final do respectivo contrato ou ato de outorga, ressalvado às concessões de geração de energia termelétrica.

Nos casos em que o prazo remanescente da concessão for inferior a 60 (sessenta) meses da publicação da Medida Provisória no 579, de 2012, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias da data do início de sua vigência.

A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo no prazo de até 30 (trinta) dias contados da convocação. O descumprimento deste prazo implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo.

O poder concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 (sessenta) meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga. A partir da decisão do poder concedente pela prorrogação, o concessionário deverá assinar o contrato de concessão ou o termo aditivo, que contemplará as condições previstas nesta Lei, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da convocação. O descumprimento deste prazo implicará a impossibilidade da prorrogação da concessão, a qualquer tempo.

Na antecipação dos efeitos da prorrogação, o poder concedente definirá, conforme regulamento, a tarifa ou receita inicial para os concessionários de geração, transmissão e distribuição.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O concessionário de geração deverá promover redução nos montantes contratados dos CCEARs de energia existente vigentes, conforme regulamento.

Os prazos das concessões prorrogadas nos termos desta Lei serão contados:

- a) a partir do 1º (primeiro) dia subsequente ao termo do prazo de concessão; ou
- b) a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da assinatura do contrato de concessão ou termo aditivo, no caso de antecipação dos efeitos da prorrogação.

A tarifa ou receita de que trata esta Lei deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo.

A critério do poder concedente e para fins de licitação ou prorrogação, a Reserva Global de Reversão - RGR poderá ser utilizada para indenização, total ou parcial, das parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

As tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão de energia elétrica, prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei, levarão em consideração, dentre outros, os custos de operação e manutenção, encargos, tributos e, quando couber, pagamento pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

As informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das concessões prorrogadas nos termos desta Lei, que não forem apresentadas pelos concessionários, não serão consideradas na tarifa ou receita inicial, ou para fins de indenização. Estas informações, quando apresentadas, serão avaliadas e consideradas na tarifa do concessionário a partir da revisão periódica, não havendo recomposição tarifária quanto ao período em que não foram consideradas. O regulamento do poder concedente disporá sobre os prazos para envio de tais informações.

O regulamento do poder concedente disporá sobre as garantias exigidas das concessionárias beneficiárias das prorrogações de que trata esta Lei.

## **ENCARGOS SETORIAIS**

Fica a União autorizada a adquirir créditos que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS detém contra a Itaipu Binacional. Para a cobertura dos créditos, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Eletrobras, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda, respeitada a equivalência econômica com o valor dos créditos.

Fica a União autorizada a destinar referidos créditos e os créditos que possui diretamente na Itaipu Binacional à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Fica a União autorizada a celebrar contratos com a Eletrobrás, na qualidade de Agente Comercializador de Energia de Itaipu Binacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 5.899/1973, com a finalidade de excluir os efeitos da variação cambial da tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional, preservadas as atuais condições dos fluxos econômicos e financeiros da Eletrobrás.

Ficam a Reserva Global de Reversão - RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655/1971, e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438/2002, autorizadas a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária. A Aneel considerará a parcela anual resultante da amortização da operação, para efeito de cálculo das quotas anuais da CDE.



# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

- 1) as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;
- 2) as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e
- 3) as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.

Os recursos da RGR poderão ser transferidos à CDE.

Fica extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.631/1993.

Ficam convalidados todos os atos praticados na vigência da Medida Provisória nº 579/2012.

Excepcionalmente, no ano de 2013, o início de entrega poder-se-á dar no ano da licitação, para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes.

A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados: o art. 8º da Lei nº 8.631/1993; os §§ 8º e 9º do art. 13 da Lei nº 10.438/2002; e o art. 13 da Lei nº 12.111/2009. Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Lei, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, clique aqui.

---

## **Comunicado DA 3/2013 – Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 28/02/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.**

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11/01/2013, o Comunicado DA 3, de 10/01/2013, divulgando o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 28/02/2013 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS que será de 0,03% ao dia, ou 0,84% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 3/2013, clique aqui.

---

## **Decreto Federal nº 7.889, de 15 de janeiro de 2013, institui a Comissão Interministerial de Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIA-PAC, regulamenta o art. 3º-A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e dá outras providências.**

Publicado no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2013, o Decreto Federal nº 7.889, de 15 de janeiro do mesmo ano, institui a Comissão Interministerial de Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIA-PAC, regulamenta o art. 3º-A da Lei nº 11.578/2007, e dá outras providências.

Este regulamento institui a Comissão Interministerial de Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIA-PAC, com a finalidade de disciplinar e coordenar a implementação da exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais em contratações públicas com recursos destinados a ações do PAC em setores específicos a serem definidos em ato do Poder Executivo federal.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



A CIA-PAC será integrada pelos seguintes Ministros de Estado, que indicarão seus suplentes na CIA-PAC, os quais devem ocupar cargo de Secretário ou equivalente nos respectivos ministérios:

- (i) do Planejamento, Orçamento e Gestão, que a presidirá;
- (ii) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que assumirá a vice-presidência;
- (iii) da Fazenda;
- (iv) da Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- (v) das Relações Exteriores.

A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento exercerá a atribuição de Secretaria-Executiva da CIA-PAC, com o auxílio da Assessoria Econômica, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A CIA-PAC deverá convidar os Ministérios setoriais sempre que deliberar sobre assuntos de suas respectivas competências, e poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades para apoiar a execução dos trabalhos e subsidiar as deliberações.

À CIA-PAC compete:

- a) editar os atos complementares relacionados à exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais;
- b) estabelecer diretrizes e regras necessárias à fiscalização do cumprimento da exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais;
- c) analisar e julgar as solicitações de excepcionalidade à exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais;
- d) acompanhar e avaliar a implantação das exigências de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais;
- e) propor, em consonância com as demais medidas de políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior vigentes, setores específicos e requisitos para fins da aplicação da exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, definidos em decreto, que deverá ser tecnicamente fundamentada e encaminhada à Presidência da República pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- f) elaborar seu regimento interno.

A CIA-PAC decidirá sobre a liberação, em caráter excepcional, durante a execução contratual, da obrigatoriedade da exigência de aquisição de produto manufaturado nacional específico, quando:

- a) a oferta do produto manufaturado nacional ou serviço nacional equivalente for inexistente ou manifestamente insuficiente para atender o objeto contratado;
- b) os preços do produto manufaturado nacional ou serviço nacional forem incompatíveis com os preços praticados no mercado internacional;
- c) os prazos de entrega do produto manufaturado nacional ou serviço nacional forem incompatíveis com o cronograma de execução do objeto da contratação; ou
- d) o produto manufaturado nacional ou serviço nacional não contiver tecnologia compatível com o objeto da contratação ou padrão mínimo de qualidade exigido.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Para tanto, a CIA-PAC editará as normas complementares a serem observadas na aplicação destes critérios.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no link abaixo.

O Decreto Federal nº 7.889, de 15 de janeiro de 2013, entra em vigor na data da sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

-----  
**Decreto Federal nº 7.888, de 15 de janeiro de 2013, estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.**

Publicado no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2013, o Decreto Federal nº 7.888, de 15 de janeiro do mesmo ano, estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Em síntese, os editais de licitação e contratos necessários à execução das ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC deverão prever a obrigatoriedade da aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais conforme os seguintes critérios:

- 1) oitenta por cento, no mínimo, do valor total gasto com os produtos constantes no Anexo I deverá ser utilizado na aquisição de produtos manufaturados nacionais; e
- 2) cem por cento do valor total gasto com os serviços constantes no Anexo II deverá ser utilizado na aquisição de serviços nacionais.

Os itens listados nos Anexos I e II serão detalhados em Portaria Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

## **ANEXO I**

- 1) MATERIAIS RODANTES E SISTEMAS EMBARCADOS
- 2) SISTEMAS FUNCIONAIS E DE INFRAESTRUTURA DE VIAS
- 3) SISTEMAS AUXILIARES DE PLATAFORMAS, ESTAÇÕES E

## **OFICINAS**

## **ANEXO II**

- 1) SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- 2) SERVIÇOS DE ARQUITETURA, PLANEJAMENTO URBANO

## **E PAISAGISMO**

Ato específico do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá excepcionar a União e as entidades da administração federal indireta da obrigatoriedade prevista acima, em caso de aquisições de produtos manufaturados nacionais e de serviços nacionais necessários à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Os termos de compromisso deverão prever a obrigatoriedade da inclusão da exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, conforme os critérios estabelecidos acima, nos editais e contratos necessários à execução das ações de mobilidade urbana integrantes do PAC e estabelecerão a forma e a periodicidade por meio das quais os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atestarão a conformidade da realização das ações de mobilidade urbana integrantes do PAC sob sua responsabilidade com a exigência em referência.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior poderá indicar as normas técnicas brasileiras a serem atendidas nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no link abaixo.

O Decreto Federal nº 7.888, de 15 de janeiro de 2013, entra em vigor na data da sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Deliberação nº 7, de 19 de dezembro de 2012, do Comitê Orientador para a Implementação de Sistemas de Logística Reversa - CORI, do Ministério do Meio Ambiente.**

Publicada no Diário Oficial da União em 03 de janeiro de 2013, a Resolução nº 7, de 19 de dezembro de 2012, editada pelo Comitê Orientador para a Implementação de Sistemas de Logística Reversa - CORI, do Ministério do Meio Ambiente, aprova a Viabilidade Técnica e Econômica da Implantação do Sistema de Logística Reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Deliberação nº 7, de 19 de dezembro de 2012, do Comitê Orientador para a Implementação de Sistemas de Logística Reversa - CORI, do Ministério do Meio Ambiente, clique aqui.